



PARECER PRÉVIO Nº 28/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10169/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira – Prefeito Municipal de Juruá.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 758/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.6277/6280).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Aprovação com Ressalvas** das contas anuais do **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira** na Prefeitura Municipal de Juruá, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2012, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei Estadual n. 2.423/96;

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.



PARECER PRÉVIO Nº 28/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 28/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 28 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10169/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira – Prefeito Municipal de Juruá.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 758/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.6277/6280).
- 7- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2012.

Regularidade com Ressalvas. Multa.
Encaminhamento.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira, responsável pela Prefeitura de Juruá, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2012, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação ao Responsável e condicionando-o ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, com seguintes determinações à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, para que:

8.1.1. não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

8.1.2. envie esforços para a manutenção de controle do patrimônio dos bens móveis e imóveis, nos termos do art. 94 e 96 da Lei 4.320/64, bem como mantenha o livro de tombo atualizado e com todas as informações adequadas;

8.1.3. elabore os relatórios de viagens referentes aos deslocamentos



ACÓRDÃO Nº 28/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 28 – TCE – Tribunal Pleno)

dos servidores, a fim de comprovar o interesse público alcançado, com base no Princípio da Moralidade;

- 8.1.4.** faça um planejamento e utilize a modalidade licitatória adequada para cada compra, a fim de cumprir o §5º do art. 23 da Lei 8.666/93;
- 8.1.5.** remeter aos órgãos concedentes do estado as prestações de contas das parcelas dos convênios e aditivos já executados, sob pena de se instaurar tomada de contas especial, nos termos do arts. 42, 43 e 49 da Resolução 12/2012-TCE/AM;
- 8.1.6.** mantenha as declarações de bens dos agentes políticos, secretários e demais cargos sempre atualizadas, nos termos do §2º e 3º da Lei 8429/92, e atualize periodicamente as funcionais de todos os servidores;
- 8.1.7.** encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- 8.1.8.** dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
- 8.1.9.** nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;
- 8.1.10.** observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº 28/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 28 – TCE – Tribunal Pleno)

- 8.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira** no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), R\$1.096,03 x 12 meses, na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 1), que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 8.3. Encaminhar** os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

9- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

11.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral